

ÍNDICE

LISTA DE GRÁFICOS, GRAFOS E QUADROS	9
INTRODUÇÃO AS IDEIAS ECONÓMICAS EM PORTUGAL NO PASSADO RECENTE: UMA HISTÓRIA POR FAZER Vitor Neves	13
CAPÍTULO 1 IDEIAS VIVAS: OS LUGARES, O MOVIMENTO E OS PROTAGONISTAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO José Reis, Vitor Neves e Ana Costa	25
CAPÍTULO 2 A INVESTIGAÇÃO EM ECONOMIA EM PORTUGAL: UM EXERCÍCIO DE MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES DE AUTORES PORTUGUESES EM REVISTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (1980–2015) Gonçalo Marçal, André Lopes, Jéssica Rocha e Vitor Neves	55
CAPÍTULO 3 A IMPORTAÇÃO DE IDEIAS ECONÓMICAS NUMA SOCIEDADE SEMIPERIFÉRICA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CASO PORTUGUÊS Carlos Bastien	111

IDEIAS VIVAS

CAPÍTULO 4

«UM CAMPO PERIGOSO»: TRADIÇÕES ECONÓMICAS
EM CONFRONTO NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

João Rodrigues, Ana Costa e José Reis

133

CAPÍTULO 5

MANUELA SILVA: UMA ABORDAGEM HUMANISTA
DA ECONOMIA EM PORTUGAL

Vítor Neves

177

CAPÍTULO 6

EVOLUÇÃO DO ENSINO PÓS-GRADUADO EM ECONOMIA
EM PORTUGAL DA DÉCADA DE 1980 AOS NOSSOS DIAS

Ana Costa, Gonçalo Marçal e Manuel Branco

213

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

241

Introdução

As ideias económicas em Portugal no passado recente: uma história por fazer

VÍTOR NEVES

A história das ideias económicas em Portugal no último meio século é ainda um território em grande medida inexplorado. Duas razões podem explicar esse facto. Por um lado, o entendimento de que a objetividade histórica exige algum distanciamento relativamente ao objeto de estudo, o que aconselharia a limitar o foco da análise ao passado mais longínquo (em Portugal, os estudos de história do pensamento económico têm-se ficado, em geral, pelos anos 1960). Por outro lado, a ideia de que a Economia é hoje uma ciência global (Fourcade, 2006), metodologicamente homogénea e universal¹ e que, por isso, o estudo das particularidades nacionais dos países cientificamente periféricos, como Portugal, seria dispensável.

Neste livro, parte-se de premissas diferentes. A primeira é que, apesar das indiscutíveis dificuldades, o passado mais recente pode — e deve — ser também estudado numa perspetiva histórica, recorrendo, em geral, ao mesmo tipo de abordagem rigorosa, instrumentos analíticos e métodos utilizados no estudo do passado mais remoto. A segunda é que a Economia é uma ciência histórica e espacialmente situada (Hodgson, 2001). A ignorância das especificidades «locais» — nomeadamente as associadas a complexos processos de produção e circulação internacional das ideias económicas, que vão da mera assimilação à adaptação e apropriação ativa de ideias produzidas

¹ O resultado de um processo evolutivo isomórfico, consistente com o que Turchetti *et al.* (2012: 323–324) designaram de «universalismo epistémico», isto é, um entendimento da ciência como atividade focada na busca da «verdade», supostamente independente de contingências geográficas, sociais e políticas; no caso da Economia, de facto, um universalismo em grande medida «isolacionista e monolinguístico» (Llombart Rosa, 2006: 25).

noutros espaços (e, nalguns casos, até mesmo à criação autónoma inovadora)² — é simplista e redutora. Além disso, as alegações de universalidade na ciência têm servido, muitas vezes, apenas para perpetuar os desequilíbrios de poder em favor dos países centrais (Medina e Carey, 2020). Justifica-se, por isso, a atenção às especificidades «locais» e a construção de histórias «nacionais», as quais, em bom rigor, deverão ser, como defendia Ernest Lluch, «internacionalistas» (Llombart Rosa, 2006: 25), ou seja, plenamente inseridas no quadro das relações que se estabelecem à escala mais global.³

A Economia faz-se em múltiplos espaços, com centros e periferias, em que ideias e práticas circulam e interagem num processo complexo.⁴

De facto,

em vez de um conjunto unificado de conceitos verdadeiros e absolutos e de procedimentos universais de análise, a ciência económica surge-nos como espaço heterogéneo onde confluem múltiplas linguagens, metáforas, estratégias de persuasão, retóricas, conversas, que acentuam o seu carácter de representação e construção social da realidade. (Cardoso, 1997: 219)

A Economia é uma ciência plural, «um universo diverso, complexo e conflitual composto por vários campos, com diferentes pressupostos, “visões do mundo” e representações muito díspares do que constitui a substância da vida material, as opções sobre a organização coletiva e a finalidade das ações humanas» (Neves e Reis, 2019: 9), um complexo sistema intelectual e institucional, no qual se estabelecem diferentes condições de produção de ideias e conexões assimétricas entre centros e periferias. «Centro» e «periferia» não são noções meramente geográficas, são também categorias intelectuais, epistémicas. As comunidades científicas — e as redes em que se estrutura

² O caso de Celso Furtado no Brasil é um exemplo paradigmático.

³ A posição aqui defendida não deve, assim, ser confundida com a reivindicação *a priori* de um qualquer pensamento económico «português» desligado da ciência que se faz noutros espaços. Partilhamos, aliás, a ideia de que «a nacionalidade ou o local de residência ou publicação são critérios considerados necessários mas não suficientes para determinar o carácter nacional do pensamento económico. O teste decisivo é o de identificar os problemas nacionais para os quais são necessárias soluções nacionais; *é quando estes problemas são enfrentados e resolvidos que podem surgir formas inovadoras, genuinamente nacionais de pensamento económico*» (Almodovar e Cardoso, 1998: 6; itálico acrescentado).

⁴ Na realidade, a história das ideias económicas é, em última análise, uma história de conexões entre indivíduos, grupos e comunidades científicas, mais do que entre nações (cf. Boianovsky, no prelo).

o sistema de produção do conhecimento económico (Neves, 2017) à escala supranacional — podem ser periféricas ou centrais, independentemente da geografia (Reis, 2019: 32). Há «bolsas de ciência “central”» (Glick, 1996: 356) nas periferias como há comunidades intelectualmente periféricas nos países centrais. E há casos notáveis em que pessoas ou grupos intelectual e geograficamente periféricos se conseguem impor, acabando por ser reconhecidos como merecedores de atenção do «centro».⁵

Assim, a história da Economia recente num país semiperiférico como Portugal é importante não só pelo conhecimento que permite da realidade nacional, mas como contributo para a historiografia de uma Economia cada vez mais transnacional.

O projeto de investigação «RECON — Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)», de que este livro procede e que foi desenvolvido entre 2016 e 2019 por um pequeno grupo de investigadores — todos economistas —, três da Universidade de Coimbra, um da Universidade de Évora e uma do ISCTE, com o apoio, em diferentes momentos, de dois bolseiros de investigação, teve a sua origem na constatação do enorme vazio em matéria de conhecimento da Economia que se tem vindo a fazer em Portugal no passado mais recente.⁶

Tínhamos consciência, evidentemente, de que procurar compreender a natureza e evolução da Economia em Portugal nas últimas décadas, os processos de disseminação e apropriação no país de diferentes teorias e abordagens metodológicas e a contribuição da investigação portuguesa para os debates contemporâneos era uma tarefa exigente e cheia de escolhos — uma tarefa a que o projeto RECON apenas poderia dar início.

Com efeito, são muitas e diversas as questões a que importa dar resposta:

- Que áreas e tópicos de investigação atraíram a atenção dos e das economistas portugueses/as?
- Quem foram os/as protagonistas?
- Quais as principais metodologias usadas e no contexto de que escolas/tradições de pensamento económico?

⁵ Celso Furtado, Raúl Prebisch e a teoria da dependência são aqui, uma vez mais, um bom exemplo.

⁶ O único trabalho de reflexão sobre o período mais recente de que temos conhecimento era um estudo exploratório de José Reis — «A Economia: Uma ciência social sob tensão» — entretanto publicado em inglês (Reis, 2012).

- Quais os principais fatores explicativos das estratégias de investigação adotadas?
- Que relações estabeleceram os/as economistas portugueses/as com as comunidades de investigadores de outros espaços geográficos e como é que a investigação portuguesa se tem vindo a relacionar com a que aí se produz?
- Que articulações se estabeleceram entre os espaços da ciência e da tomada de decisão política?
- Que lugar ocupa a produção científica desenvolvida em Portugal no panorama das ideias económicas à escala global?
- Como evoluiu o ensino da Economia em Portugal e que papel tem vindo a desempenhar na Economia que aqui se faz?

Mas é, sobretudo, o pulsar de uma Economia que não existe isolada dos problemas, tensões e perplexidades do seu tempo, uma Economia onde coexistem diferentes comunidades científicas (paradigmas/abordagens), com os seus protagonistas e debates, que é preciso captar.

Trata-se, pois, de um campo de estudo vasto e complexo, aconselhando a que, numa primeira aproximação, se circunscreva a «ciência económica que se faz em Portugal» a um conjunto limitado de *estudos de caso*, sem o qual qualquer «narrativa» global sobre a evolução da Economia no país no passado recente não passará da banalidade do que se julga saber.

Assim, no projeto acima referido, além de um mapeamento da investigação realizada em Portugal entre 1980 e 2015, de natureza quantitativa, num exercício destinado a fornecer uma primeira fotografia de conjunto do nosso campo de estudo, identificámos um conjunto de eixos de pesquisa, a saber:

- A experiência do Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI), uma instituição que, tendo iniciado a sua atividade ainda antes de 1974, veio a ter um papel de grande relevância no pós-25 de Abril e que deu expressão a uma muito relevante corrente de pensamento desenvolvimentista no país.
- A emergência e consolidação de uma «Nova Economia» em Portugal, de matriz neoclássica, associada à criação, no final dos anos 1970, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, um espaço privilegiado de afirmação de uma nova forma de encarar a Economia em Portugal, fortemente influenciada pela experiência de formação de muitos dos seus docentes nos Estados Unidos da América.

- O papel desempenhado pelo Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal e as relações que se vieram a estabelecer entre este, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Católica.
- A experiência de ensino pós-graduado em Economia em Portugal a partir dos anos 1980, relevante por força da estreita interligação entre o ensino e a investigação no país.
- A relação entre ciência, valores e política, que Cardoso havia considerado «um dos temas de maior significado na caracterização da especificidade do pensamento económico português» (2001: 17).

Um primeiro resultado deste exercício foi apresentado no livro *A Ciência Económica em Portugal: Uma História Recente*, coordenado por Vítor Neves e José Reis, publicado em 2019 pelas Edições Almedina.

Como então afirmávamos, «[a] ideia popular de que o pensamento económico é um corpo monolítico e de que os economistas são uma “espécie” com uma mesma raiz “genética” é errada» (Neves e Reis, 2019: 9). Por isso, não faz sentido reduzir a história das ideias económicas em Portugal a um percurso de aproximação a uma Economia (no singular) que pretensamente se faz no «centro», uma Economia restringida a uma corrente de pensamento que, embora hegemónica, não esgota o panorama da disciplina. A Economia é uma ciência multiparadigmática (Dow, 2008).

A história das ideias económicas em Portugal no passado recente (como no resto do mundo, aliás) é uma história de *Ideias Vivas*, uma história de debate e confronto de ideias, de controvérsia, onde diferentes abordagens, com variadas raízes ontológicas e epistemológicas, e em diferentes posições de poder, se cruzam e conflituam (e nalguns casos se fertilizam, num diálogo nem sempre fácil, quando não impossível).

Na verdade, importa não o esquecer, as ideias económicas não se circunscrevem ao domínio intelectual. Elas têm origem e exprimem-se num quadro de disputa (material e simbólica), que é ao mesmo tempo epistemológico, institucional e político, pelo reconhecimento da sua autoridade e legitimação científicas (Bourdieu, 1976; Arango, 2007).

Isto mesmo ficará evidente com a leitura dos vários capítulos que constituem este livro.

Assim, no Capítulo 1, José Reis, Vítor Neves e Ana Costa elaboram o quadro teórico-metodológico de partida, tendo em vista enquadrar a pesquisa realizada. É um trabalho que sintetiza um intenso e frutuoso debate de ideias, iniciado com o texto de Neves (2017), e que teve lugar em debates internos

e no âmbito de um seminário internacional realizado em Coimbra, em setembro de 2017, sobre os processos de circulação internacional das ideias económicas (veja-se também, a este propósito, Reis, 2019: 30–35). Neste primeiro capítulo, parte-se da hipótese de que a Economia é um universo composto por diversos campos que, na base de ontologias e epistemologias diversas, disputam entre si modos diferenciados de formular o «problema económico» e de interpretar a realidade para questionar a ideia de uma convergência isomórfica na direção de uma Economia crescentemente homogênea, monista, à escala global — a Economia como «profissão global» de que fala Marion Fourcade (2006). Contrapõe-se a necessidade da consideração de «afinidades eletivas» para a explicação dos processos de produção e circulação internacional das ideias económicas.⁷ Discute-se depois o modo como a relação entre ideias económicas, discursos e políticas nos ajuda a compreender a persistência de mecanismos que produzem diversidade, e sublinha-se a relevância de apontar o foco também para os atores e para as esferas em que circulam — a comunidade académica dos economistas, os especialistas e/ou técnicos de organizações internacionais, os decisores políticos, os jornalistas, ou os cidadãos —, uma «comunidade epistémica» heterogênea composta por atores diversos, que, no entanto, partilham uma determinada infraestrutura cognitiva e uma visão do mundo. Finalmente, atenta-se ao problema das relações centro-periferia para introduzir a discussão da produção científica na área da Economia em Portugal como um caso de «periferia persistente».

No Capítulo 2, elaborado por Gonçalo Marçal, André Lopes, Jéssica Rocha e Vítor Neves, faz-se um mapeamento das publicações em revistas nacionais e internacionais de autores afiliados a instituições de investigação portuguesas,

⁷ É um conceito que encontra paralelo na sugestão de Naomi Oreskes — uma historiadora da ciência, dedicada aos estudos de história das Ciências da Terra e das questões ambientais — no sentido de dar a devida atenção a um conjunto de afinidades «intelectuais, estéticas e éticas» (2004: 375–376), afiliações e lealdades pessoais, afiliações disciplinares, preconceitos e preferências metodológicas e diferentes filosofias da ciência que condicionam a realização do trabalho científico. Nas palavras desta autora: «Os cientistas fazem escolhas baseadas em afinidades epistemológicas, afiliações disciplinares, preferências probatórias e metodológicas — e todas elas são, pelo menos em parte, constituídas antes de qualquer debate teórico. O debate teórico pode alterar afinidades e afiliações mas, no entanto, depara-se com um conjunto preexistente delas. Por esta razão, se não por outra, o desenvolvimento do conhecimento científico é inescapavelmente *histórico*» (Oreskes, 1999: 317). Antes, a propósito do modo como os cientistas encaram a relevância, ou não, da «evidência» científica, tinha também afirmado: «embora estas afinidades se expressassem epistemologicamente — em termos de ponderações diferenciais de evidências —, as suas fontes eram amplamente sociais» (1999: 53).

abrindo o período de 1980 a 2015. Neste âmbito, analisam-se padrões autorais e institucionais, áreas temáticas das publicações, as referências bibliográficas indicadas nos artigos, coautorias e redes de colaboração institucional. É um exercício original de produção de informação — de natureza quantitativa, em que toda a equipa do projeto esteve envolvida — que agora fica disponível e que é fundamental para se poder ter uma visão de conjunto da Economia que se tem vindo a fazer em Portugal.

No Capítulo 3, Carlos Bastien (que foi consultor do projeto RECON) analisa o caso português no período anterior ao estudado pela equipa do projeto. A sua análise tem por objeto os anos do Estado Novo, comportando dois períodos: um primeiro, a partir de meados da década de 1930, marcado pelo relativo isolamento; e um segundo, após a Segunda Guerra Mundial, em que a importação das ideias económicas foi mais intensa e relevante no processo de «destruição criativa» sofrida pelos campos económico, científico e doutrinário locais. Identificam-se neste capítulo canais e organizações formais e informais envolvidas no processo de importação e difusão das ideias (universidades, centros de investigação, organizações internacionais, livros, revistas, etc.), e explora-se também o processo de apropriação e transformação de sistemas teóricos e doutrinários no contexto da dinâmica global da sociedade portuguesa. É um trabalho que toma por referência os trabalhos pioneiros de A. W. (Bob) Coats sobre a internacionalização da Economia e a abordagem dos campos sociais de Pierre Bourdieu. Neste estudo, fica bem patente o carácter incipiente da Economia que se fazia então em Portugal, com um acesso muito restrito ao mercado externo das ideias, sobretudo até 1945. Após esta data, regista-se um processo de progressiva abertura a ideias produzidas noutros espaços, com a assimilação da síntese neoclássica-keynesiana. Contudo, como nota o autor, ao longo do período considerado, o progresso ao nível da investigação em economia aplicada continua a ser muito limitado.

A história das ideias económicas é, já o afirmei, uma história de *Ideias Vivas*, uma história de confronto de ideias e de controvérsia (mas também de disputas pelo poder, académico e não só). Em nenhum capítulo deste livro isso fica mais evidente do que no Capítulo 4. Neste capítulo, João Rodrigues, Ana Costa e José Reis apresentam a disputa que, nos anos 1970 e 1980, envolveu economistas defensores de uma estratégia desenvolvimentista para o país (os «economistas políticos» ou «críticos») e aqueles que consideravam primordiais os problemas macroeconómicos de curto prazo e os desequilíbrios da balança de pagamentos numa «pequena economia aberta» («economistas neoclássicos com simpatias neoliberais»). Neste âmbito, retoma-se

a análise da importância do GEBEI (Reis, 2019), assim como dos esforços de um grupo de economistas, maioritariamente formados em universidades norte-americanas, no sentido da afirmação e hegemonia de uma «Nova Economia» (designação para o que era, ao mesmo tempo, a nova Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, criada em 1978, tendo por base o modelo académico dominante nos Estados Unidos, e uma forma nova de pensar a Economia e a realidade económica do país, assente nas abordagens e nos princípios neoclássicos, a partir dos quais se pretendia conceber e desenhar políticas económicas «liberalizadoras»). Os anos de governação de Cavaco Silva são também aí objeto de reflexão. O que fica claro neste texto é que a compreensão da Economia no período analisado, sendo uma disputa no plano das ideias económicas, é também uma luta pelo desmantelamento do que para os «economistas críticos» eram «conquistas de Abril» e para os «novos» economistas um «socialismo» que era preciso reverter. É, afinal, uma disputa pelo controlo da autoridade e legitimação académica e científica, que, ao mesmo tempo, se revela uma componente essencial de uma importante disputa ideológica e política. Como escrevem os autores, o período analisado é um período onde «debate e deliberação, ideias e jogo político posicional, tudo convergiu para um mesmo processo de debate intenso». Fica também evidente que, diferentemente do que se tornaria «norma» a partir dos anos 2000, o que concentrava à época a atenção dos economistas portugueses eram sobretudo as questões que importavam para a tomada de decisão político-económica, não o refinamento de questões teóricas abstratas. A teoria era mobilizada para dar resposta a esses problemas.⁸

A Economia é — tem-no sido em Portugal — uma disciplina plural. No Capítulo 5, Vítor Neves convoca o leitor para uma análise da vida e obra de Manuela Silva (1932–2019), uma economista sobejamente conhecida no país, e, por essa via, para a questão da relevância das crenças, valores e princípios éticos na Economia. Depois de no livro *A Ciência Económica em Portugal: Uma História Recente* ter mapeado as posições dos economistas portugueses sobre a controversa questão da relação entre ciência, valores e política (Neves, 2019), o autor regressa aqui ao tema para o aprofundar com a análise do trabalho de Manuela Silva. Esta representa, de forma cristalina, uma visão da Economia que o autor designa por «abordagem humanista», isto é, um entendimento da disciplina que coloca no centro das preocupações (e da análise) a

⁸ Consultar, a este propósito, Augello *et al.* (2020) sobre Itália, e Montecinos e Markoff (2009) para as experiências da América Latina.

dignidade da pessoa humana, o bem comum e o desenvolvimento humano, e que reivindica a importância de um regresso à ética e de trazer para o interior da Economia a discussão sobre as finalidades do agir humano. O capítulo inclui ainda, em apêndice, as respostas dadas por Manuela Silva, por escrito, em janeiro de 2019, a um conjunto de questões que o autor lhe colocou.

Finalmente, no Capítulo 6, Ana Costa, Gonçalo Marçal e Manuel Branco estudam a evolução do ensino pós-graduado em Economia em Portugal dos anos 1980 até aos nossos dias. Os autores analisam planos de estudos, programas e textos recomendados para cursos de mestrado e de doutoramento em cinco universidades públicas portuguesas. Esta análise permite-lhes concluir ter-se registado um claro processo de convergência e uniformização ao nível do ensino, com aqueles cursos a tornarem-se cada vez mais iguais, independentemente da instituição em questão, o que apontará para um reforço das tendências isomórficas em detrimento do pluralismo na Economia que se faz em Portugal.

Numa perspetiva de conjunto, o que se oferece neste livro é um exercício assumidamente plural que procura dar conta da riqueza e diversidade de modos de pensar a Economia em Portugal, não a reduzindo a uma disciplina monolítica e fechada.

O pluralismo (ao nível das abordagens, dos métodos e das teorias) encontra boas razões nas limitações do nosso próprio olhar sobre o mundo (Dow, 2008, 2019) e na conseqüente necessidade de concatenar contributos diversos, de «não desperdiçar o que existe» e de «usar todas as forças» (Neves e Reis, 2019: 16).

Contudo, as tendências para a crescente homogeneização da disciplina no passado recente — também em Portugal, como tem vindo a acontecer no ensino pós-graduado — parecem inquestionáveis. O exercício de investigação sobre a evolução das ideias económicas que aqui se propõe revela uma realidade complexa, com tendências contraditórias.

Uma última nota se impõe. Esta é uma obra coletiva, escrita a várias mãos, exprimindo vozes, sensibilidades, ênfases e entendimentos diversos. É, por isso, ela própria plural na sua diversidade. Por outro lado, os autores dos ensaios incluídos neste livro não são neutros, como as histórias que aqui se apresentam também o não são. Como bem lembrou recentemente o historiador Álvaro Garrido, «[a] história e a memória não são construções neutras ou isentas de conflito», tendo acrescentado que «a escrita da história e os trabalhos da memória são assuntos do presente e por isso se diz que toda a história é contemporânea» (2021). O que neste livro se oferece ao leitor é,

na verdade, um conjunto de histórias, que procurámos reconstruir, sobre a Economia que se tem vindo a fazer em Portugal no passado recente. Não sendo neutras, estas histórias são, contudo, assim o esperamos, intelectualmente rigorosas. Cabe ao leitor ajuizar.

Referências bibliográficas

- Almodovar, António; Cardoso, J. Luís (1998), *A history of Portuguese economic thought*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- Arango, Gabriel Misas (2007), «El Campo de la Economía», *Revista de Economía Institucional*, 9(17): 109–130.
- Augello, Massimo; Guidi, Marco; Bientinesi, Fabrizio (2020), «Italian Economics and Fascism: An Institutional View», in Massimo Augello, Marco Guidi e Fabrizio Bientinesi (orgs.), *An Institutional History of Italian Economics in the Interwar Period — Volume I: Adapting to the Fascist Regime*. Cham: Palgrave Macmillan, 1–32.
- Boianovsky, Mauro (no prelo), «Contributions to Economics From the “Periphery” in Historical Perspective: The Case of Brazil After Mid 20th Century», in R. Bielschowsky, M. Boianovsky e M. Coutinho (orgs.), *A History of Brazilian Economic Thought: From Colonial Times Through the Early 21st Century*. Routledge. <https://ssrn.com/abstract=4117884>.
- Bourdieu, Pierre (1976), «Le champ scientifique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(2/3): 88–104. <https://doi.org/10.3406/arss.1976.3454>.
- Cardoso, José Luís (1997), *Pensar a Economia em Portugal: Digressões Históricas*. Lisboa: Difel.
- Cardoso, José Luís (2001), *História do Pensamento Económico Português: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Dow, Sheila (2008), «A Future for Schools of Thought and Pluralism in Heterodox Economics», in J. Harvey e R. Garnett, Jr. (orgs.), *Future Directions for Heterodox Economics*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.
- Dow, Sheila (2019), «Pluralist economics: Is it scientific?», in Samuel Decker, Wolfram Elsner e Svenja Flechtner (orgs.), *Advancing Pluralism in Teaching Economics: International Perspectives on a Textbook Science*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 13–30.
- Fourcade, Marion (2006), «The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics», *American Journal of Sociology*, 112(1): 145–194. <https://doi.org/10.1086/502693>.
- Garrido, Álvaro (2021), «A História da economia e os seus limites», *Público*, Opinião. <https://www.publico.pt/2021/07/01/opiniao/opiniao/historia-economia-limites-1968485>.
- Glick, Thomas (1996), «Science in Twentieth Century Latin America», in Leslie Bethell (org.), *Ideas and ideologies in twentieth century Latin America*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 287–359.